

MERCADOS

Bovespa tem pior 1º semestre desde 2020, com dólar e juros

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Apesar da recuperação parcial em junho, quando avançou 1,48%, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve o pior primeiro semestre desde a pandemia, quando havia mergulhado 17,8% entre janeiro e junho de 2020. Quatro anos após a crise sanitária, o Índice Bovespa (Ibovespa) acumula perda nominal de 7,66% nos seis primeiros meses de 2024, comparada a avanço de 7,61% no mesmo período de 2023 - uma variação praticamente em módulo. No mês, o ganho em 2024 - apenas o segundo do ano, após o avanço de 0,99% em fevereiro - ficou bem distante da alta de 9% no junho anterior, quando o Ibovespa havia registrado seu maior salto desde dezembro de 2020.

Na B3, a leve retomada de 1,48% do Ibovespa em junho se contrapõe ao estílimo do dólar, em alta de 6,43% frente ao real, no mês. Nesta sexta-feira, o índice da Bolsa encerrou em baixa de 0,32%, aos 123.906,55 pontos, contido pelo prosseguimento da pressão no câmbio e na curva de juros doméstica.

Nesta última sessão da semana e do mês, as perdas do Ibovespa foram mitigadas pelos carros-chefes da Bolsa: Petrobras, em alta de 1,23% (ON) e de 0,9% (PN), e Vale (ON +1,07%). Na ponta ganhadora do índice da B3, destaque para BRF (+2,81%), Marfrig (+1,56%) e Bradespar (+1,37%). No lado oposto, Azul (-6,02%), Cogna (-5,85%) e Yduqs (-5,71%). Entre os grandes bancos, o dia foi majoritariamente negativo, com Santander (Unit -1,4%) à frente - exceção para Bradesco ON, em leve alta de 0,18% no fechamento, e Banco do Brasil (ON +0,04%).

DÓLAR

O dólar à vista terminou o pregão em alta de 1,47%, a R\$ 5,5883. Na máxima da sessão, chegou a R\$ 5,599 (+1,66%), o maior preço desde 12 de janeiro de 2022, quando alcançou R\$ 5,6007.

Na semana, a moeda subiu 2,71%, e em junho avançou 6,43%. No acumulado do ano, a alta foi de 15,14%, o que corresponde ao avanço mais significativo em relação à moeda brasileira desde os 35,51% registrados no primeiro semestre de 2020.

IBGE

Desemprego recua para 7,1%, menor do trimestre em 10 anos

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A taxa de desocupação no trimestre encerrado em maio ficou em 7,1%, alcançando o menor patamar para o período desde 2014. O índice representa um recuo em relação ao trimestre móvel anterior, terminado em fevereiro, quando marcou 7,8%. Além disso, fica abaixo do nível registrado no mesmo período de 2023, quando era 8,3%.

Se comparados com todos os trimestres da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, iniciada em 2012, o indicador é o menor desde o período de três meses encerrado em janeiro de 2015. Na época, a taxa ficou em 6,9%. O menor índice já registrado foi 6,6% no fim de 2014.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento aponta que, em maio, a população desocupada - pessoas com 14 anos ou mais de idade que não tinham trabalho e procuravam emprego - era de 7,8 milhões. Isso representa uma diminuição de 751 mil pessoas em relação ao trimestre encerrado

em fevereiro de 2024 e de 1,2 milhão em comparação ao trimestre encerrado em maio de 2023.

A Pnad apura todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

OCUPADOS

A população ocupada chegou a 101,3 milhões de pessoas, um recorde da série histórica do IBGE. Esse contingente é 1,1 milhão superior ao do trimestre encerrado em fevereiro e 2,9 milhões acima do registrado no mesmo período de 2023.

De acordo com a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, "o crescimento contínuo da população ocupada tem sido impulsionado pela expansão dos empregados, tanto no segmento formal como informal. Isso mostra que diversas atividades econômicas vêm registrando tendência de aumento de seus contingentes".

Para ilustrar a avaliação, o número de empregados com carteira assinada (38,3 milhões) foi recorde. "Esse recorde não acontece de uma hora para outra. É fruto de expansões a cada trimestre", diz Adriana Beringuy.

O contingente de empregados sem carteira também foi o maior já registrado (13,7 milhões).

Na passagem de três meses, se destacaram na criação de vagas os grupamentos de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (4,4%, ou mais 776 mil pessoas). Apresentaram redução os setores de transporte, armazenagem e correio (2,5%, ou menos 146 mil pessoas). Os demais grupamentos não tiveram variações significativas.

RECORDE

O rendimento médio dos trabalhadores no trimestre encerrado em maio ficou em R\$ 3.181, estável em relação ao trimestre anterior (R\$ 3.161) e 5,6% maior na comparação anual. Esse valor é o mais alto já registrado para um trimestre encerrado em maio. Quando a comparação é geral, é o maior desde o outubro de 2020.

"Em 2020 havia rendimento elevado, mas com perda de população ocupada", explica Adriana, se referindo ao período em que a economia sofria efeitos da pandemia, que forçaram o corte de postos de trabalho de

menor remuneração e informais, principalmente.

A massa de rendimentos, que é o total de renda que os trabalhadores recebem, atingiu o recorde de R\$ 317,9 bilhões. Esse valor funciona como um combustível para movimentar a economia, seja com consumo ou poupança.

A taxa de informalidade foi 38,6% da população ocupada, o que representa 39,1 milhões de trabalhadores informais. No trimestre anterior o índice era de 38,7% e, um ano atrás, de 38,9%.

Esse grupamento informal inclui, principalmente, empregados sem carteira, empregador e trabalhador por conta própria sem CNPJ.

PREVIDÊNCIA

A pesquisa do IBGE revelou que o país alcançou recorde no número de trabalhadores com contribuição para a previdência social. Foram 66,171 milhões no trimestre encerrado em maio. Esse volume tem crescido seguidamente desde o início de 2023.

Esse dado representa que 65,3% dos trabalhadores contribuíram para a previdência no trimestre terminado em maio. O maior patamar registrado foi 66% no início de 2016.

BOTA FORA

Equatorial oferece R\$ 6,869 bilhões por 15% da Sabesp

A Equatorial propôs preço mínimo de R\$ 67 por ação da Sabesp para ser investidor de referência, informou a companhia de saneamento na noite desta sexta-feira, em comunicado. Em paralelo, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natalia Resende, disse, em entrevista à imprensa, que o preço proposto está acima do valor mínimo fixado pelo governo paulista, que ainda não é público e só será divulgado após a liquidação da operação.

Ao preço de R\$ 67 por ação, a Equatorial tem que desembolsar R\$ 6,869 bi por 15% da empresa, de acordo com o comunicado. Única empresa a entregar proposta por 15% de participação na Sabesp, a Equatorial foi qualificada como investidor de referência na privatização da companhia de saneamento do Estado de São Paulo, de acordo com o governador Tar-

císio de Freitas.

Segundo o governador, a Equatorial deve investir cerca de R\$ 7 bilhões pela fatia de 15%. "Estamos satisfeitos com o resultado e o andamento do processo", afirmou Tarcísio, de Londres, onde participa de encontro com investidores estrangeiros, depois de passar por Nova York na semana passada.

A expectativa é de que a privatização da Sabesp movimentará cerca de R\$ 15 bilhões. Além de ser a maior no Brasil este ano, a oferta da Sabesp concorre para se tornar a quinta maior do mundo em 2024.

A Equatorial, que começou a operar em saneamento mais recentemente, deverá ser o investidor individual com maior influência na gestão da companhia, ao lado do governo, que permanecerá com 18% da Sabesp. Ambos terão três assentos no Conselho de Administração.

Nota

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA R\$ 58 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou, nesta sexta-feira, R\$ 58 bilhões em investimentos para Minas Gerais. Durante cerimônia em Belo Horizonte, ele lembrou que o estado concentra um sexto dos municípios brasileiros. A proposta do governo é criar o Circuito Mineiro de Investimentos em Transição Energética, beneficiando os setores elétrico e de biocombustíveis. "Tudo isso para destacar a nossa vocação de líder da transição energética global. Nosso estado possui a maior capacidade de estação instalada para geração de energia solar do Brasil. Quase um terço de todo o potencial do país está aqui em terras mineiras", disse. Dos recursos anunciados, R\$ 31 bilhões são para a geração de energia elétrica renovável; R\$ 23 bilhões para investimentos em transmissão e R\$ 4 bilhões para biocombustíveis.

BANCO CENTRAL

Setor público registra déficit de R\$ 63,9 bilhões em maio

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de maio com déficit de R\$ 63,9 bilhões. Em maio do ano passado, o resultado primário do setor público estava em R\$ 50,2 bilhões. De acordo com as estatísticas fiscais divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central, os governos central, regionais e as empresas estatais apresentaram déficits de R\$ 60,8 bilhões, R\$ 1,1 bilhão, e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente.

O déficit primário representa o resultado das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o paga-

mento dos juros da dívida pública. No acumulado do setor público entre janeiro e maio de 2024 chegou ao déficit de R\$ 362,5 bilhões (7,83% do Produto Interno Bruto - PIB). No mesmo período de 2023, o resultado foi também deficitário, em R\$ 268 bilhões (6,11% do PIB).

Segundo a autoridade monetária, o déficit acumulado do setor público consolidado em 12 meses é R\$ 280,2 bilhões, o que corresponde a 2,53% do PIB. Se comparado ao acumulado de 12 meses fechados em abril, esse valor representa um aumento de 0,11 ponto percentual (p.p.) do PIB.

JUROS NOMINAIS

O gasto do setor público não financeiro com juros nominais em maio ficou consolidado em R\$ 74,4 bilhões em maio de 2024, ante aos R\$ 69,1 bilhões registrados em maio de 2023.

Em 12 meses, tendo como base o mês de maio, os juros nominais acumulados chegaram a R\$ 781,6 bilhões (7,04% do PIB). No mesmo período de 2023, esses valores estavam em R\$ 695,6 bilhões (6,64% do PIB).

O resultado nominal do setor público consolidado (resultado primário e juros nominais apropriados) foi negativo em

R\$138,3 bilhões em maio. Com isso, no acumulado em 12 meses, o déficit nominal chega a R\$1,062 trilhões (9,57% do PIB). No acumulado de 12 meses encerrado em abril de 2024, o déficit nominal estava em R\$ 1,04 trilhões (9,45% do PIB).

DÍVIDA

Segundo o BC, a Dívida Líquida do Setor Público ((balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) atingiu 62,2% do PIB (R\$6,9 trilhões) em maio, o que corresponde a uma alta de 0,7 (ponto percentual) p.p. do PIB no mês.

CORTE DE GASTOS

Lula se 'compromete' a fazer qualquer ajuste fiscal necessário

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Cerca de 5,75 milhões de contribuintes receberão R\$ 8,5 bilhões em restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física nesta sexta-feira. Segundo a Receita Federal, esta leva de restituições são destinadas a contribuintes prioritários. O pagamento da restituição será depositado na conta bancária informada na declaração, de forma direta ou pela chave Pix indicada.

"Se, por algum motivo, o crédito não for realizado (por exemplo, a conta informada foi

desativada), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil", informou o Ministério da Fazenda. Neste caso, basta ao contribuinte reagendar o crédito por meio do Portal BB ou ligando para a central de relacionamento BB nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Entre os 5.755.667 contribuintes prioritários que receberão esta leva de restituição, 140.360 têm idade acima de 80

anos; 1.024.071 têm idade entre 60 e 79 anos; 66.287 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 459.444 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; e 3.812.767 contribuintes que não possuem prioridade legal, mas que receberam prioridade por terem utilizado a Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix.

Foram também contemplados 252.738 contribuintes do Rio Grande do Sul, que foram priorizados em razão do estado de calamidade já de-

cretado devido às enchentes que, desde abril, assolam o estado.

Para saber se a restituição está disponível, acesse a página Consultar a Restituição no site da Receita Federal.

"Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de um ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC, disponível no site da Receita Federal, acessando o menu Declarações e Demonstrativos > Meu Imposto de Renda e clicando em 'Solicitar restituição não resgatada na rede bancária', informou o ministério.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA

Bandeira será amarela para julho; 1ª vez desde abril de 2022

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira, o acionamento da bandeira tarifária amarela no mês de julho, pela primeira vez desde abril de 2022.

A revisão vale para os consumidores de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN), com custo adicional na conta de luz.

"A bandeira amarela foi acionada em razão da previsão de chuvas abaixo da média até o final do ano (em cerca de 50%) e pela expectativa de crescimento da carga e do consumo de energia no mesmo período", disse a Aneel em comunicado.

A Agência prevê um cenário de "escassez de chuvas", aliado a um inverno com temperaturas superiores à média histórica do período. Nesse caso, passam a operar as termelétricas, com energia mais cara que as hidrelétricas.

A classificação "amarela" indica condições de geração de energia menos favoráveis e, na prática, leve a um acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

BANDEIRA VERDE

A bandeira verde, com "condições favoráveis", foi mantida no modelo simplificado com prazo de no máximo dez anos, sem possibilidade de prorrogação.

Além de ampliar a atividade logística para o escoamento da

produção agrícola, os arrendamentos vão ampliar mais desenvolvimento econômico nas regiões portuárias, melhoria da infraestrutura dos terminais, além de abertura de novos postos de trabalho, conforme avaliação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Antes, o custo da energia em momentos de mais dificuldades para geração era repassado às tarifas apenas no reajuste anual de cada empresa, com incidência de juros. No modelo atual, os recursos são cobrados e transferidos às distribuidoras mensalmente por meio da "conta Bandeiras".

O sistema de bandeiras tarifárias reflete o custo variável da produção de energia. O acionamento de fontes de geração mais caras, como as termelétricas,

tende a aumentar o custo.

GATILHOS

A mudança de bandeira depende de três gatilhos: Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nível de risco hidrológico (GSF), e a geração fora do mérito de custo (GFOM), associada ao período de crises hídricas.

Para julho, os fatores que acionaram a bandeira amarela foram o risco hidrológico e o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

A Aneel explica que não há despacho fora da ordem do mérito (GFOM), que é decidido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

CONCESSÕES

Cinco terminais portuários vão a leilão em 21 de agosto

LUIZ ARAÚJO/AE

O primeiro bloco de concessão de arrendamentos portuários de 2024 do governo federal será realizado no dia 21 de agosto, na B3, em São Paulo. As primeiras áreas arrendadas incluem cinco terminais: REC08, REC09 e REC10 - localizados no Porto de Recife, Pernambuco - RDJ06, no Rio de Janeiro, e o RIG10, que fica no Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

O primeiro processo de arrendamentos portuários estava previsto para ser realizado em

maio deste ano, mas, em razão da situação de calamidade pública em que se encontrava o Estado do Rio Grande do Sul, devido às fortes enchentes no Estado, o processo precisou ser adiado.

De acordo com os editais, o valor total a ser investido nas cinco áreas é de 78,3 milhões. Todos os terminais serão arrendados no modelo simplificado com prazo de no máximo dez anos, sem possibilidade de prorrogação.

Além de ampliar a atividade logística para o escoamento da

produção agrícola, os arrendamentos vão ampliar mais desenvolvimento econômico nas regiões portuárias, melhoria da infraestrutura dos terminais, além de abertura de novos postos de trabalho, conforme avaliação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

TERMINAIS

O REC08 é destinado à movimentação de grânéis sólidos vegetais, tendo como principais cargas o malte, o trilhão e o milho. A expectativa é que sejam investidos cerca de R\$ 51 mi-

lhões no terminal.

O terminal REC09 tem como foco a movimentação e armazenagem de granel sólido e carga geral, e a estimativa de investimento é de R\$ 2,2 milhões. A área REC10 vai receber quase R\$ 3 milhões em investimentos para movimentar e armazenar grânéis sólidos e cargas gerais.

Por sua vez, o RDJ06, que armazena e movimenta granel líquido, prevê R\$ 22,1 milhões em investimentos. Para o RIG10 a expectativa é que sejam aportados R\$ 7,8 milhões, o terminal movimenta e armazena carga geral.

SOLVI ESSENCIS

BNDES aprova R\$ 235 milhões para complexos de tratamento de resíduos

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou nesta sexta-feira, ter aprovado um financiamento de R\$ 235 milhões à Solvi Essencis Ambiental. Os recursos serão destinados a investimentos em seis complexos de tratamento e destinação de resíduos do Grupo Solvi nos Estados de São Paulo, Paraná, Bahia e Piauí.

"Esta é a primeira operação do BNDES de apoio ao tratamento de resíduos sólidos desde a aprovação do novo marco regulatório do saneamento, em 2020", informou o banco de fomento, em nota à imprensa.

O financiamento corresponde a 95% do total a ser investido no projeto, que contempla complexos de aterros sanitários e outras infraestruturas que possuem tecnologias para "tratamento e valorização de resíduos e aproveitamento energético",

as chamadas unidades de valorização sustentável (UVSs).

As instalações contempladas pelos investimentos ficam nos municípios de Caiiras (SP), Curitiba (PR), Marília (SP), Quatá (SP), Altos (PI) e São Francisco do Conde (BA). A previsão é que, concluídas as obras, as seis unidades possam "evitar a emissão de 341 mil toneladas de CO2-equivalente por ano", explicou o BNDES.

"Além da expansão e melho-

ramento dos aterros sanitários, o projeto abrange a implantação de infraestrutura para captação e aproveitamento do biogás, evitando o lançamento de metano na atmosfera, um subproduto decorrente da decomposição dos resíduos até 28 vezes mais poluente o que o gás carbônico. O biogás captado nas unidades de Marília e Quatá será direcionado para usinas termoeletricas a serem implantadas nos complexos", relatou o banco de fomento.

ANP

Reservas totais de petróleo do Brasil sobem 2,3% e de gás 19,9% em 2023

DENISE LUNA/AE

As reservas totais de petróleo no Brasil subiram 2,3% em 2023 em relação a 2022, chegando a 27,5 bilhões de barris, enquanto as reservas de gás natural tiveram alta de 19,9%, alcançando 704,7 bilhões de metro cúbicos (m3), segundo o Anuário Estatístico Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2024 publicado nesta sexta-feira, 28, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Já as reservas provadas de petróleo somaram 15,9 bilhões de barris, um aumento de 7% na mesma comparação. A produção nacional de petróleo cresceu 12,6% em 2023 e atingiu 3,4 milhões de barris/dia,

enquanto a produção de petróleo do pré-sal alcançou a média de 2,6 milhão de barris/dia no ano, cerca de 76,4% da produção do País.

No ano passado, as reservas provadas de gás natural atingiram 517,1 bilhões de m3, crescimento de 27,2% em relação ao ano anterior. A produção de gás natural teve acréscimo de 8,6%, décimo quarto ano consecutivo de aumento, e atingiu 149,8 milhões de m3/dia. No pré-sal, a produção de gás natural também segue aumentando sua participação no total nacional e correspondeu a 74,7%.

Em 2023, as exportações de petróleo alcançaram o volume de 1,6 milhão de barris/dia, e as importações do produto alcan-

çaram 290 mil barris/dia.

A ANP informou ainda, que no setor de biocombustíveis, a produção de biodiesel foi 20,4% superior à de 2022. Já a produção de etanol foi 15,5% maior do que a do ano anterior, atingindo a marca histórica de 35,4 bilhões de litros. O etanol hidratado apresentou maior competitividade dos preços em relação à gasolina C, o que resultou, em 2023, num crescimento de 5,1% nas vendas deste combustível.

A produção nacional de derivados cresceu 4,2% em 2023 e atingiu 2,2 milhões de barris/dia, em torno de 87% da capacidade instalada de refino. Já as vendas de derivados pelas distribuidoras registraram crescimento de 4,7%, com

destaque para as vendas de querosene de aviação, que cresceram 9,6%.

O anuário registra também que no ano passado, o volume de obrigações da cláusula dos contratos de concessão, partilha e cessão onerosa relativa aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) foi de R\$ 3,9 bilhões. Já o montante gerado de participações governamentais atingiu R\$ 97 bilhões em 2023, queda de 25,4% em relação ao ano anterior.

Em 2023 foram promovidas pela ANP dois ciclos da Oferta Permanente: o 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão e o 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção, informou a agência.

E-COMMERCE

Receita trabalha para plataformas aderirem as regras da nova taxaço

AMANDA PUPO/AE

A Receita Federal diz que está fazendo um trabalho de orientação para que as plataformas de e-commerce internacionais inçoiporem e esclareçam a seus clientes o impacto das novas regras de taxaço, aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo Executivo nesta semana. A necessidade desse período de adaptação foi o que motivou o governo a publicar a medida provisória que estabelece que o imposto de importação de 20% para compras de até US\$ 50 (antes zerado) só irá valer a partir de 1º de agosto.

Em coletiva de imprensa para explicar o novo modelo, técnicos da Receita esclareceram ainda que, teoricamente, compras realizadas antes dessa data potencialmente podem ser taxadas com o novo imposto.

Isso porque há um intervalo de tempo entre a aquisição feita no site internacional e o registro de declaração da compra, momento que conta para cálculo do imposto devido. O governo, por sua vez, não dispõe de estimativas de quanto tempo esse registro demora a ser feito por cada empresa, já que isso depende de uma metodologia interna das plataformas.

Por isso, o Fisco diz que tem trabalhado para conscientizar as plataformas sobre a prestação dessas informações aos clientes, tentando evitar, por exemplo, que o imposto não cobrado no ato da compra tenha que ser recolhido quando o produto chegar ao Brasil.

"Estamos fazendo reuniões, eles estão fazendo as adaptações necessárias. Faremos uma nova reunião hoje, cada plata-

forma precisa orientar seus clientes porque cada uma vai ter uma metodologia", disse o subsecretário de Aduana substituído da Receita, Fausto Coutinho, segundo quem o tempo de transição até agosto é necessário para evitar um "apagão" nos sistemas de todos os envolvidos. "É necessário um tempo para os sistemas se adequarem para a nova tributação", comentou. Ainda segundo Coutinho, a portaria publicada nesta sexta-feira, 28, pela Fazenda busca deixar claro que o Programa Remessa Conforme está mantido e preservado.

O ato reforça que o imposto de importação de remessas postais ou encomendas aéreas internacionais é de 60% na regra geral. Já para as empresas que estão no Remessa Conforme, sobre os bens que custam até US\$ 50, a taxa será de 20%.

O patamar sobe para 60%, com dedução de US\$ 20, sobre as compras entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil. Além disso, a portaria e a MP reforçam que medicamentos de até US\$ 10 mil, cumprindo os requisitos administrativos, não sofrem com a incidência do imposto de importação.

Segundo o técnico da Receita, a média atual é de 18 milhões de remessas internacionais chegando por mês ao Brasil. "Fizemos um esforço gigantesco no ano para aprimorar modelo de gestão do controle aduaneiro, é um volume tão grande de remessas, que precisamos de modelo moderno, com registro antecipado de dados, e para isso precisamos de informação", disse Coutinho, que não repassou um número atualizado sobre a expectativa de arrecadação com a nova taxa.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.907.723/0001-74 -

NIRE 33.3.0032757-6 - Companhia Fechada

Edital de 2ª Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Garantia Firme de Colocação, da Sertão I Solar Energia SPE S.A., a ser realizada em 10/07/2024

A Sertão I Solar Energia SPE S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 6, sala 401, Barra da Tijuca, CNPJ/MF nº 23.907.723/0001-74 ("Emissora" ou "Companhia"), em conjunto com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), nos termos da Cláusula 9.2 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Garantia Firme de Colocação, da Sertão I Solar Energia SPE S.A.", datado de 12/09/2018, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), e da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), vêm, pelo presente edital, convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, da 1ª emissão da Emissora ("Debentures", "Debenturistas" e "Emissão"), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada no dia 10/07/2024, às 10 hs ("AGD"), de forma exclusivamente digital e remota, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) A não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debentures, nos termos da alínea (a) da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, por força do descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 1.1.3 do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, em 12/09/2018, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), devido à não celebração tempestiva de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos para fins de inclusão dos Bens Futuros Elegíveis (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos) adquiridos pela Companhia após a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, à lista constante do Anexo II ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (ii) A aprovação da concessão de prazo adicional de 90 dias contado da data de realização da AGD, para celebração do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e (iii) Autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na AGD. Informações Gerais: A AGD será realizada através de sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, apenas àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio dos documentos indicados abaixo para os endereços eletrônicos assembleiasertao@veirano.com.br e assembleias@pentagonotruster.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da data estipulada para realização da AGD, e em qualquer caso até o horário da AGD, observado o conforme aplicável, nos termos da Resolução CVM 81: (i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica, (a) cópia da versão do último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) quando for representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 dias antes da data de realização da AGD. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis para consulta páginas eletrônicas da Companhia, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br - Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 01/07/2024. Sertão I Solar Energia SPE S.A. (01, 02 e 03/07/2024)

EDUCAÇÃO

SP inaugura unidade do Programa Creche Escola em Jambeiro

O Governo de SP deu mais um passo no projeto de expansão do Programa Creche Escola no estado. Nesta sexta-feira, em Jambeiro, no Vale do Paraíba, o governador em exercício Felício Ramuth entregou a 44ª unidade do programa desde o início da atual gestão. Com investimento de R\$ 3,7 milhões, o novo equipamento de ensino tem capacidade para atender até 150 crianças no município.

“Mais um investimento para que a gente possa garantir creche para todos. Educação é prioridade para o governo de São Paulo. E entregar creche é garantir sociabilização à criança no seu momento de formação das relações sociais e desenvolvimento cognitivo”, afirmou Felício. “E quando a gente dá essa possibilidade de todas as crianças terem à sua disposição a creche, temos a garantia que elas estão recebendo o melhor preparo de primeira infância para a grande jornada da vida que terão pela frente”, acrescentou.

A cerimônia de inauguração da Creche Escola Municipal Professora Maria Aparecida Candelária de Castro e Santos contou com a participação do presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Jean Pierre Neto, da dirigente regional de ensino de Taubaté, Lidiiane da Silva César Gonçalves, além de parlamentares, gestores, entre outras autoridades.

A construção da unidade foi

custeada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), em parceria com a prefeitura municipal. Todos os edifícios do programa são equipados com salas pedagógicas, berçários com fraldário e lactário, secretaria, refeitório, banheiros e área de serviço. As construções também respeitam todas as normas de segurança e de acessibilidade.

O novo equipamento conta com 33 ambientes, entre os quais nove são espaços pedagógicos e três destinados à administração. A unidade foi instalada em um terreno de 6.043 metros quadrados e possui 813,78 metros quadrados de construção. No total, 26 profissionais vão atuar no local em apoio ao início da vida escolar das crianças do município.

“Quando construímos uma creche, promovemos transformação na realidade das famílias: a criança fica em segurança e as mães e pais podem trabalhar com a tranquilidade de saber que os filhos estão sendo bem cuidados”, afirmou Jean Pierre Neto. “Entregamos mais de mil obras desde o início da gestão. Foram mais de duas unidades todo mês, e reduzimos em 30% os custos dos projetos novos executados pela FDE”, acrescentou.

Desde o início da atual gestão, em 2023, a Seduc-SP entregou 44 unidades do Programa Creche Escola. Foram geradas 5.780 novas vagas e investidos R\$ 94,2 milhões.

MARMITAS

LEANDRO MARTINS/ABRASIL

O vereador Rubinho Nunes (União-SP) decidiu suspender nesta sexta-feira a tramitação de um projeto de lei, de sua autoria, que prevê multa de R\$ 17 mil a quem distribuir marmitas a pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

A decisão foi tomada após repercussão negativa em relação ao projeto, que chegou a ser aprovado na quinta-feira passada, em primeira votação, na Câmara de Vereadores da capital paulista.

Em nota, o vereador afirma, que diante da repercussão, irá debater a proposta com organizações não governamentais e demais instituições de sociedade civil para “buscar o aperfeiçoamento do texto para que a finalidade do projeto seja atendida”.

FIM DAS CORRIDAS

DANIEL MELLO/ABRASIL

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes anunciou que vai sancionar projeto aprovado pela Câmara Municipal nesta semana que proíbe as atividades esportivas com apostas envolvendo animais.

A norma entra em vigor até 180 dias depois da sanção. Com a medida, a prefeitura pretende transformar o Jockey Club, na zona oeste da capital, em parque.

“Desde o início, o objetivo da proposta é ampliar a distribuição alimentar, otimizar as doações, evitar desperdício e, principalmente, acolher as pessoas em situação de rua e vulnerabilidade, dando a elas oportunidade de melhoria, dignidade e higiene ao se alimentar. Destaco ainda que ao longo de todo mandato nossa atuação legislativa é construída em diversas mãos e despedida de qualquer vaidade, razão pela qual sou grato a todos que contribuem com sugestões e/ou críticas a toda atuação e propostas legislativas”, disse o vereador, no comunicado.

Após a primeira votação na Câmara, a prefeitura de São Paulo informou que em caso de aprovação em segunda votação, o prefeito Ricardo Nunes iria analisar o projeto, já que dependia da sanção dele para entrar em vigor. A sinalização, inicial-

mente, é a de que o prefeito iria vetar o projeto.

ENTENDA O PROJETO

Além do pagamento da multa, o projeto traz regras para distribuição dos alimentos. As entidades vão precisar ter uma razão social registrada e reconhecida pelos órgãos do município.

A identificação dos voluntários será obrigatória e eles terão que usar um crachá. Entidades e ONGs deverão elaborar um plano detalhado de distribuição dos alimentos e marmitas, descrevendo os locais, as datas e os horários das doações.

O projeto prevê, inclusive, a indicação da quantidade de alimentos a serem doados em cada ocasião, estando obrigadas a fazer a limpeza da área, antes e depois da distribuição da comida.

As autorizações para distribuir as marmitas terão validade

de um ano, e o local onde os alimentos serão preparados deverão passar por vistoria e certificação prévia pelos órgãos de vigilância sanitária, a partir da etapa de transporte e armazenamento. As regras valerão para organizações não governamentais e entidades quanto para pessoas físicas.

Quem vai receber a comida também precisa estar cadastrado e ter as informações atualizadas.

• De acordo com a prefeitura de São Paulo, existem dois programas de segurança alimentar que entregam refeições para população vulnerável em todas as regiões da cidade.

• Em nota, a gestão municipal informou que, atualmente, não existe obrigação de Termo de Permissão de Uso para entrega de alimentação a pessoas em situação de rua.

Prefeitura de São Paulo planeja transformar Jockey Club em parque

De acordo com o Executivo municipal, o Jockey acumula R\$ 856 milhões em dívidas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

As corridas de cavalo são realizadas no terreno de aproximadamente 600 mil metros quadrados desde 1941.

O autor do projeto, vereador Xexeu Tripoli (União), na justificativa da proposta, diz que busca garantir a proteção aos animais.

“A utilização de animais para jogos de azar é uma prática obsoleta, que ensina valores incompatíveis com os dias de hoje, e que utiliza espaço importante em uma cidade super povoada e carente de áreas para lazer, educação e cultura”, diz o texto que embasa o projeto aprovado.

Em nota, a diretoria do Jockey Club lamentou a aprovação da lei e acusou a proposta de ter sido elaborada para atender a

interesses de empresas do mercado imobiliário.

“Além de demonstrar total desconhecimento sobre o esporte, a proposta sinaliza para a população um claro interesse em tentar desconstruir a história centenária do Jockey Club de São Paulo, bem como de abrir espaço para absurda tentativa desapropriar o terreno do Hipódromo de Cidade Jardim para possível especulação imobiliária”, afirma o comunicado.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/IME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragesima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“AGT”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de julho de 2024, às 15:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 26 de julho de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia de Titulares dos CRI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT - CRI EMBRAE 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de junho de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE E DA 2ª SÉRIE DA 82ª (OCTOGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 82ª (Octogésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação (“CRI”), da Canal Companhia de Securitização (“Emissora”), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries dos CRI da 82ª Emissão da Emissora, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46 (“Agente Fiduciário”), a HIK DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO EM ENERGIA LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, salas 1.213 e 1.214, Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.555/0001-75 (“Mars Energia”) e a VENUS ENERGIA SOLAR LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 53.666.106/0001-95 (“Venus”), sendo HIK, Mars Energia e Venus denominadas “Cedentes”, a se reunirem em 17 de julho de 2024, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“Assembleia Geral”), examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Conceder ou não *waiver* para afastar a Hipótese de Recompulsória prevista no item “viii” da Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças (Cessão), pelo não recebimento dos seguintes documentos: a. Notificação à Locatária, conforme cláusula 2.8 da Cessão; e b. Notificação de Cessão, conforme cláusulas 3.2.1. e 3.2.2. do Instrumento Particular de Cessão e Promessa de Fiduciária de Recebíveis em Garantia e Outras Avenças (Cessão Fiduciária). (ii) Se aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional até 31/12/2024 para a entrega dos documentos mencionados acima; (iii) Conceder ou não *waiver* para afastar a Hipótese de Recompulsória prevista no item “xiv” da Cláusula 8.1 da Cessão, pelo recebimento de valores decorrentes dos Créditos Imobiliários ou dos Recebíveis em conta diversa à Conta Centralizadora e o repasse após o prazo de cura estabelecido na cláusula 3.2.2. da Cessão Fiduciária; (iv) Afastar ou não a obrigação de pagamento de Encargos Moratórios, conforme cláusula 2.5.2. da Cessão, caso seja aprovado do item (iii) acima; e (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizedora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, conforme item 11.9 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: fiduciario@trusteedvnm.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificação digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item “ii” do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral: quando pessoa física, documento de identidade; quando pessoa jurídica, cópia de atos societários ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI e quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (fiduciario@trusteedvnm.com.br) e da Securitizedora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de junho de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 54ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 54ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/IME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 16 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 54ª (Quinquagésima Quarta) Emissão da Canal Companhia de Securitização Devidos pela Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“Assembleia de Titulares de CRI”), a realizar-se no dia 18 de julho de 2024, às 14:30 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 26 de julho de 2024, às 14:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia de Titulares de CRI será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia de Titulares de CRI será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a Assembleia de Titulares de CRI não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia de Titulares de CRI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia de Titulares de CRI para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, indicando no assunto “Documentos para Assembleia de Titulares de CRI - CRI LOTE 5 54”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia de Titulares de CRI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia de Titulares de CRI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de junho de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 47ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 47ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/IME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 47ª Emissão da Canal Companhia de Securitização (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia Especial”), a realizar-se no dia 18 de julho de 2024, às 14:15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 26 de julho de 2024, às 14:15 horas, de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, indicando no assunto “Documentos para Assembleia Especial - CRI VISTAMAR 47”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de junho de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

MARIANA/BRUMADINHO

Lula: Vale finge de morta, mas sabe que tem de pagar vítimas

GABRIEL HIRABAHASI
E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou, nesta sexta-feira, a Vale pelos estragos em Brumadinho e Mariana. Disse que a empresa "está muito quietinha" e "sabe que tem de pagar" pelos danos causados.

"Quero visitar (o Vale do Rio

Doce) para ver o estrago que a Vale fez em Brumadinho, em Mariana, e se vai recuperar. A Vale está muito quietinha, mas sabe que tem de pagar", afirmou o presidente.

Lula anunciou, nesta sexta-feira, uma série de investimentos do governo federal em Minas Gerais.

IBRAM

Citado em pedido de limi-

nar, na Justiça inglesa, de municípios atingidos pelo desastre de Mariana, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) reforçou, em nota, que atua em linha com as deliberações e orientações de suas instâncias de governança.

Na petição, os municípios acusam Vale e BHP de tentar obstruir o processo por meio da ação que o Ibram abriu no Su-

premo Tribunal Federal.

O instituto apresentou, em 11 de junho, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que a atuação de municípios brasileiros em litígios judiciais no exterior seria inconstitucional. As duas mineradoras são associadas ao instituto.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

STF tem maioria para obrigar escolas a combater bullying

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria no plenário virtual para obrigar escolas públicas e particulares a combaterem casos de bullying e discriminação de alunos por seu gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

O Plano Nacional de Educação, que reúne metas e diretrizes de ensino para todo o País, já prevê a "erradicação de todas as formas de discriminação" no

ambiente escolar.

Sete ministros votaram para deixar explícito que a previsão se aplica a discriminações machistas e homotransfóbicas. O ministro Edson Fachin, relator da ação, justificou que "todo déficit de clareza" pode levar a um "decréscimo de adequação técnica" das políticas públicas.

"A situação de crianças e jovens LGBTI e especialmente grave e demanda um patamar particularmente elevado de exigência para a idoneidade, ou

adequação técnica, da programação de políticas públicas estatais", defendeu o ministro Edson Fachin, relator da ação.

Por sugestão de Flávio Dino e Cristiano Zanin, as escolas devem adequar o conteúdo e a metodologia das campanhas aos diferentes níveis de compreensão e maturidade, de acordo com as faixas etárias e ciclos educacionais. O tema foi levantado em uma ação movida pelo PSOL.

O julgamento não foi concluído. Na modalidade virtual,

os ministros registram seus votos, sem debate presencial ou por videoconferência.

Se houver pedido de vista (mais tempo para análise), o julgamento é interrompido por até 90 dias. Já nos casos de pedido de destaque, a votação precisa ser transferida para o plenário físico.

A maioria foi formada com os votos de Edson Fachin, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

BOQUINHA PARA MILICO

AGU diz que modelo de escola cívico-militar de SP é inconstitucional

Parecer a favor da inconstitucionalidade do modelo de escolas cívico-militares do estado de São Paulo foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Advocacia-Geral da União (AGU), nesta sexta-feira.

A adoção do modelo é alvo de ações protocoladas no STF pelo PSOL e o PT. A criação das escolas cívico-militares foi aprovada pelo Legislativo estadual no mês passado e sancionada pelo governador, Tarcísio de Freitas.

No documento, a AGU sustenta que os estados não podem instituir modelo educacional que não está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além disso, o órgão acrescenta

que a Constituição também não prevê que militares possam exercer funções de ensino ou de apoio escolar.

"A alocação de militares da reserva para a execução de atividades relacionadas à educação básica fora do sistema de ensino militar formal, ainda que na condição de apoio ou monitoramento, não encontra respaldo nas normas fundamentais do sistema educacional brasileiro, nem previsão compatível com a finalidade constitucional dessas instituições", concluiu a AGU.

O parecer foi anexado à ação na qual o PSOL defende a suspensão do modelo educacional

e argumenta que a intenção é substituir o sistema público de educação, e não a coexistência dos dois modelos, como afirma o governo paulista.

"Objetiva-se a gradual substituição de profissionais da educação, os quais devem prestar concurso público e passar pela análise de seus títulos acadêmicos para estarem aptos a ocupar tais cargos, por militares, a serem escolhidos de forma discricionária, em última instância, por ato da Secretaria da Segurança Pública", diz o partido na ação.

À época da sanção da lei, o governo do estado informou que a implantação do novo mo-

delo será gradual, com "consentimento expresso das comunidades escolares em consultas públicas".

"A iniciativa da escola cívico-militar está alinhada ao Plano Estadual de Educação. É uma iniciativa altamente democrática, que dá opção às famílias e incrementa o portfólio de escolas da rede pública. A escola cívico-militar tem o propósito de melhorar o aprendizado e o ambiente escolar, além de reduzir a violência", afirmou o secretário executivo da Educação, Vinicius Neiva.

O relator do caso é o ministro Gilmar Mendes. Não há prazo para a decisão.

PARALISAÇÃO

Motoristas de ônibus de São Paulo anunciam greve para quarta-feira

CAIO POSSATI/AE

Motoristas de ônibus de São Paulo decidiram, em assembleia realizada nesta sexta-feira, paralisar as atividades da categoria na próxima quarta-feira, a partir da meia-noite. O movimento é liderado pelo SindMotoristas, entidade que representa a categoria (motoristas, cobradores e demais funcionários do setor de manutenção e fiscalização).

De acordo com o sindicato, a greve foi aprovada de forma unânime na assembleia, que contou com mais de 15 mil funcionários, entre presentes na sede da entidade e trabalhadores que acompanharam a discussão de forma virtual. A paralisação foi aprovada para todo sistema do transporte de ônibus na capital, incluindo garagens e terminais.

A principal reivindicação da categoria é uma redução da jorna-

da de trabalho para 6,5 horas trabalhadas com mais 30 minutos remunerados. "Este é o carro-chefe das demandas da categoria", disse a assessoria do SindMotoristas.

Na lista de demandas, também estão um reajuste salarial de 3,69% pelo IPCA-IBGE mais 5% de aumento real, cesta básica de qualidade; correção do Programa de Participação nos Resultados (PPR) de R\$ 1.200 para R\$ 2.000; e melhorias no vale-refeição, no

seguro de vida, nos convênios médico e odontológico e revisão dos valores do auxílio funeral.

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPURbanuss), entidade que representa parte das empresas responsáveis pelo serviço na capital, disse em nota que "está incrédulo com a decisão do Sindicato dos Motoristas" de fazer uma greve para a próxima quarta.

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Solenidade de São Pedro e São Paulo

"De todos os temores, me livrou o Senhor Deus" (Sl 33/34)

Celebramos neste domingo a Solenidade de São Pedro e São Paulo, que são as duas colunas da Igreja. Essa solenidade conclui as diversas comemorações de santos que temos ao longo deste mês: Santo Antônio, dia 13, e São João Batista, dia 24. Devido ao grau de importância que tem essa solenidade, ela ocupa o domingo, dia do Senhor, pois Pedro é o primeiro Papa da Igreja e Paulo o apóstolo dos gentios. Ela foi transferida do dia 29 para o dia 30 de junho, por razões pastorais.

Nessa solenidade comemoramos o Dia do Papa, por Pedro ser o primeiro Papa da Igreja, e cada fiel é convidado a rezar pelo Papa nessa celebração. Além de rezar pelo Papa, somos convidados a fazer a nossa contribuição através do Óbolo de São Pedro, ou seja, realizar uma oferta em dinheiro para ajudar na missão do Papa e da Igreja. A oferta que faremos no ofertório da missa de hoje será destinada diretamente ao Santo Padre, como nosso presente, por isso, ofereçamos com generosidade neste final de semana.

Rezemus nessa celebração pela Igreja de um modo geral, para que possa continuar levando adiante a mensagem de Jesus Cristo. Continuemos rezando pelas vocações sacerdotais e religiosas, pois a messe é grande e os operários são poucos. Rezemus pela perseverança daqueles que são chamados e que possam nutrir em seus corações os mesmos sentimentos de Cristo.

Essa celebração de hoje encerra o mês de junho, mês dedicado ao Sagrado Coração de Jesus e santificação do clero. A partir de amanhã, iniciaremos um novo mês, que seja um mês abençoado para todos nós e sempre rezando uns pelos outros. E nos unamos ao Papa Francisco e rezemus por todos os enfermos e pela pastoral da saúde. No dia 14 de junho, recordaremos São Camilo, protetor dos enfermos.

A primeira leitura da missa deste domingo é do livro dos Atos dos Apóstolos (At 12,1-11). Esse trecho do livro dos Atos dos Apóstolos fala da perseguição de Herodes contra os membros da Igreja. Infelizmente, até os dias de hoje essa perseguição contra os membros da Igreja continua em muitos lugares. Peçamos a Deus a perseverança e que o Espírito Santo fortaleça a fé daqueles que são perseguidos, e como sempre foi ao longo da história, que o Espírito Santo continue vivificando a Igreja e a mantendo de pé.

Neste episódio observamos o Espírito Santo agindo na vida de Pedro, que após Herodes mandar prendê-lo e estando prestes a ser apresentado ao povo para que, logo após, fosse conduzido ao martírio, Deus envia o Anjo que toca no obro de Pedro, o acorda e pede para que ele levante depressa. Nesse momento, as correntes caem de suas mãos e se soltam de seus pés, ele calça as sandálias e veste as calças e o cinto. O Anjo o conduziu para fora da prisão até chegarem na rua. Pedro cai em si e percebe que, de fato, Deus enviou um anjo para tirá-lo da prisão e das mãos de Herodes.

Observamos ainda nesta leitura que todos os membros da Igreja rezavam continuamente por Pedro, com certeza através da força da oração, Deus ouviu o clamor e libertou Pedro da prisão. Por isso, até os dias de hoje, somos convidados a rezar pelo Papa para que a sua missão como sucessor de Pedro seja frutífera e o Senhor esteja sempre com Ele.

O Salmo responsorial é o 33 (34), que diz em seu refrão: "De todos os temores, me livrou o Senhor Deus", o Senhor está sempre conosco e nos livra de todos os males. Se pedirmos com fé e confiança, nenhum mal nos atingirá. É o que aconteceu com Pedro na primeira leitura e com Paulo ao longo de sua missão. Até em sua conversão, Deus agiu na hora certa na vida de Paulo e ele de perseguidor se torna seguidor de Cristo. Deus age na hora certa em nossa vida, basta ter fé e acreditar.

A segunda leitura desta solenidade é da segunda carta de São Paulo a Timóteo (2Tm 4,6-8.17-18), nesse trecho Paulo se encontra na prisão, próximo de sofrer o martírio, e ele envia a carta para aquele que seria o seu sucessor que era Timóteo. Paulo diz que após um longo caminho, por ter combatido o bom combate e guardado a fé está reservado para ele a coroa da justiça, o prêmio eterno, que é habitar para sempre ao lado de Deus.

Paulo ainda diz que não somente para ele, mas para todos aqueles que viveram a justiça e a fé, está reservado o reino eterno. Ao Senhor, a glória, pelos séculos dos séculos. Amém.

O evangelho desta festa é de Mateus (Mt 16,13-19): nesse trecho do Evangelho, Jesus quer saber dos discípulos o que os homens dizem a seu respeito. Na verdade, Ele já sabia o que diziam a seu respeito, mas esperava uma resposta diferente dos discípulos. Eles apenas respondem para Jesus o que os homens dizem a seu respeito. Por isso, Ele indaga os discípulos: "E vós quem dizeis que eu sou?" (Mt 16,15).

Pedro, responde de prontidão: "Tu és o Messias, o filho do Deus vivo", e Jesus lhe responde: "Feliz és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi um ser humano que te revelou isso, mas o meu Pai que está no céu. Por isso eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha Igreja, e o poder do inferno nunca poderá vencê-la. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: tudo o que tu ligares na terra será ligado nos céus; tudo o que tu desligares na terra será desligado nos céus". (Mt 16, 17-19).

Essa é a resposta que Jesus espera de todos os discípulos, ou seja, Ele não queria que os discípulos replicassem aquilo que os homens diziam, pois Ele já sabia, e o que os homens diziam era com base nos pensamentos humanos. A resposta de Pedro é com base na revelação divina, e por isso, Jesus entrega as chaves do reino dos céus para Pedro e lhe confia a Igreja.

Que a exemplo de Pedro possamos reconhecer que Jesus é o filho de Deus que devia vir ao mundo. Essa resposta daremos a partir do momento que criarmos intimidade com o Senhor por meio da oração diária. Ao reconhecer primeiramente em nós que Jesus é o filho de Deus, podemos anunciar as outras pessoas que encontrarmos que Ele é o único caminho e dessa forma a Igreja de Cristo vai crescendo e edificando. Celebramos com alegria esta Solenidade de São Pedro e São Paulo, colunas da Igreja, e nos unamos em oração pelo Papa Francisco e pela Igreja, para que possa continuar edificando aqui na terra o Reino de Deus. Amém.

Nota

GILMAR DIZ QUE NÃO SABE SE É ALTO O CUSTO DE R\$ 1,3 MI PARA BANCAR AUTORIDADES EM LISBOA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), minimizou o custo estimado de R\$ 1,3 milhão revelado pelo Estadão, para que as autoridades brasileiras se deslocassem a Portugal para participar do Fórum de Lisboa - evento que foi promovido pelo Instituto de Ensino e Desenvolvimento em Pesquisa (IDP), do qual Gilmar é sócio. "Eu não sei avaliar essa questão de valores porque teria que se fazer vis a vis a viagens que são realizadas também no Brasil", disse Gilmar no encerramento do evento. "A todo momento a

imprensa publica eventos que estão ocorrendo no Brasil e que custam. É natural que haja custo. Tem que se ter passagem, hospedagem, de modo que eu não sei avaliar se isso é muito ou pouco", afirmou. Só em diárias, o valor desembolsado por órgãos dos Três Poderes para que seus integrantes viajassem a Lisboa chegou a R\$ 1,2 milhão. O pagamento foi feito a pelo menos 78 pessoas, entre servidores, políticos, seguradoras, ministros de Estado e membros do Poder Judiciário. A conta tende a aumentar: os dados consultados pela reportagem estão atualizados até o dia 26 de junho, o que significa que nem todos os pagamentos aparecem nas ordens bancárias.

PREFEITO DE FÉ

Paes libera quase R\$ 1 milhão para Assembleia de Deus

A gestão do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), assinou um contrato de patrocínio de R\$ 950 mil para a celebração do centenário da Assembleia de Deus no mesmo dia em que o deputado federal Otoni de Paula (MDB) decidiu deixar a disputa e apoiar a campanha à reeleição do atual mandatário.

O contrato foi assinado no dia 20 de junho, dois dias antes do evento evangélico. O prefeito registrou a participação na cerimônia nas redes sociais. Ele discursou ao lado de Otoni e do bispo Abner Ferreira. O evento também contou com a presença do governador Cláudio Castro (PL) e do pastor Silas Malafaia.

"Estive presente na Convenção Estadual de Ministros da Assembleia de Deus, ao lado do Bispo Abner e do Pastor Samuel Câmara, celebrando o centenário da igreja que está

presente em todos os cantos de nossa cidade. Uma celebração de fé de milhares de famílias cariocas que seguem firmem no propósito de evangelização iniciado lá atrás pelo pastor Gunnar Vingren e pela missionária Frida Vingren", registrou Paes nas redes sociais.

De acordo com a Prefeitura do Rio, "o centenário da Assembleia de Deus é um acontecimento histórico e que merece ser celebrado. A autorização dos patrocínios foi dada no início de maio".

O contrato de patrocínio foi fechado com a Convenção Estadual de Ministros das Assembleias de Deus do Rio de Janeiro (Cemad-RJ).

O secretário da Casa Civil, Lucas Padilha, aprovou o plano de trabalho que autorizou a assinatura do contrato no dia 19 de junho. No dia seguinte, dia 20, o acordo foi selado.

CLIMA

Rio vai monitorar temperaturas altas e classificar ondas de calor

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A classificação de níveis de calor que vai possibilitar a implantação de protocolos de alerta e estabelecer ações públicas nos períodos em que a cidade do Rio de Janeiro estiver sujeita a altas temperaturas foi apresentada nesta sexta-feira pela prefeitura do Rio.

Da mesma forma como são divulgados os estágios operacionais, o Centro de Operações Rio (COR) vai divulgar para a população o índice "Nível de Calor - NC". A classificação terá cinco níveis de risco - de NC1 a NC5 -, baseados no grau de calor, que varia em função da temperatura e da umidade relativa do ar na capital fluminense.

O Nível de Calor também considera modelos numéricos de previsão de temperatura, estimados para três dias e atualizados a cada quatro horas. As normas serão publicadas por decreto e portaria no *Diário Oficial do Município* nessa segunda-feira.

O prefeito Eduardo Paes disse que o objetivo é mostrar que a administração da cidade passa a tomar decisões, a partir de dados científicos e informações concretas. O prefeito explicou também como serão definidas as gradações de calor.

"Os protocolos de calor terão cinco níveis, que passam a se chamar de NC1 a NC5. Nos três primeiros níveis, o que faremos é troca de informações com a população. A partir do NC4 e, no caso do NC5, com temperaturas maiores de 44° Celsius (°C) por três dias consecutivos, poderemos tomar algumas medidas, desde interrupção de atividades e possibilidade de cancelar eventos e shows".

De acordo com o nível de risco, o COR emitirá os alertas para a população pelos principais canais de comunicação do órgão e da Secretaria de Saúde: site, redes sociais, aplicativo e demais canais de relacionamento com a imprensa. A classificação das temperaturas se dará da seguinte forma: altas (36°C a 40°C), muito altas (40°C a 44°C) e extremas, acima de 44°C.

O chefe-executivo do Centro de Operações Rio, Marcus Belchior disse que o tema do clima não é novidade na prefeitura. "A gente tem plano de voo há algum tempo, e temos

um planejamento de desenvolvimento sustentável. E um dos riscos a serem gerenciados, são as ilhas e as ondas de calor. Nesses casos, a gente sugere que os trabalhadores, por exemplo, transfiram suas atividades para áreas de sombra", explicou.

Para o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, as altas temperaturas talvez sejam uma das questões mais críticas para o morador e para quem visita o Rio. "Existe o risco de adoecer gravemente, até de uma morte súbita se fizer exercício físico em dias de calor", alertou.

Com o uso do Painel de Calor do Centro de Informações Epidemiológicas, a Secretaria municipal de Saúde consegue antecipar a onda de calor e poderá prever o que vai acontecer a partir de modelos adotados em todo o mundo. "O painel é público e pode ser acessado por todos. E poder prever a partir de modelos de inteligência artificial e epidemiológicos facilita nossa vida para tomar decisões e se planejar", explicou Soranz.

A secretária de Meio Ambiente, Eliana Cacique Rodrigues, disse que, desde 2023, a prefeitura carioca apresenta uma série de políticas para reduzir as ilhas de calor identificadas na cidade. Ela citou a criação de cinco grandes parques e a política dos corredores verdes, com a arborização para conter o calor e poluição nos bairros de Irajá e Bangu, complexos do Alemão e da Maré e em Guaratiba, num total de 49 quilômetros de arborização na cidade.

MONITORAMENTO

Os índices de temperatura e umidade relativa do ar são medidos pelas oito estações meteorológicas da rede Alerta Rio, espalhadas pelo município e monitorados em tempo real pelo Centro de Inteligência Epidemiológica da Secretaria de Saúde (CIE-SMS).

As análises vão servir de base para a tomada de decisões. O banco de dados do Centro de Inteligência Epidemiológica reúne ainda informações emitidas por satélites e a série histórica dos indicadores considerados, o que permite observar, prever e comunicar eventos meteorológicos de grande impacto.

ELEIÇÕES EUA

Obama e Bill Clinton apoiam Biden após derrota em debate

ANDRÉ MARINHO/AE

Um dia após o debate entre os candidatos à presidência, dois ex-presidentes dos Estados Unidos, Barack Obama e Bill Clinton, expressaram apoio ao atual, Joe Biden, após o desempenho do democrata no debate com o republicano Donald Trump ampliar a pressão para que o líder da Casa Branca desista de bus-

car a reeleição.

"Noites de debate ruins acontecem. Confie em mim, eu sei", escreveu no X, em aparente referência ao primeiro embate com o então candidato republicano, Mitt Romney, na disputa de 2012. Na ocasião, Obama foi considerado derrotado no debate.

"Mas esta eleição ainda é uma escolha entre alguém que lutou pelas pessoas comuns durante toda a sua vida e alguém

que só se preocupa consigo mesmo", acrescentou, em uma crítica a Trump. "A noite passada não mudou isso, e é por isso que há tanta coisa em jogo em novembro", concluiu.

BILL CLINTON

Pouco tempo após mensagem de Obama, Bill Clinton reiterou apoio ao atual presidente, Joe Biden.

"Deixarei a avaliação sobre o

debate para os especialistas, mas aqui está o que sei: os fatos e a história importam", escreveu, em publicação no X.

Para Clinton, nos últimos três anos, Biden demonstrou "liderança sólida" ao recuperar o país da pandemia, criar novos empregos e fazer progressos no combate às mudanças climáticas, além de reduzir a inflação. "Isso é o que está realmente em jogo em novembro", destacou.

IRÃ

Eleição é marcada por discussões sobre relação com Ocidente

Os iranianos foram às urnas nesta sexta-feira, em uma eleição relâmpago para substituir o presidente Ebrahim Raisi, que morreu em um acidente de helicóptero, com a eleição dominada pelo debate sobre o programa nuclear iraniano, a relação com o Ocidente e uma profunda apatia do eleitorado.

A votação ocorreu em meio às tensões mais amplas tomaram conta do Oriente Médio por causa da guerra Israel-Hamas na Faixa de Gaza. Em abril, o Irã lançou seu primeiro ataque direto a Israel por causa da guerra em Gaza, enquanto milícias que Teerã apoia e para as quais fornece armas na região - como o Hezbollah libanês e os rebeldes Houthi do Iêmen - estão envolvidos na luta e intensificaram seus ataques.

Enquanto isso, o Irã continua a enriquecer urânio em níveis quase suficientes para produção de armas, e mantém um estoque grande o suficiente para construir - caso escolha fazer isso - várias armas nucleares.

O único candidato reformista da corrida prometeu nos últimos dias buscar "relações amigáveis com o Ocidente" em um esforço para energizar apoiadores. Os eleitores enfrentam uma escolha entre candidatos linha-dura e o pouco conhecido reformista Masoud Pezeshkian, um cirurgião cardíaco. Como tem sido o caso desde a Revolução Islâmica de 1979, mulheres e aqueles que pedem mudanças radicais foram impedidos de concorrer, e a votação não terá supervisão de monitores internacionalmente reconhecidos.

"Se Deus quiser, tentaremos ter relações amigáveis com todos os países exceto Israel," disse o candidato de 69 anos ao responder a uma pergunta sobre uma nova repressão às mulheres sobre o uso obrigatório do lenço na cabeça, ou hijab, menos de dois anos após a morte de Mahsa Amini em 2022, que desencadeou manifestações nacionais e uma resposta violenta das forças de segurança. "Nenhum comportamento desumano ou invasivo deve ser realiza-

do contra nossas meninas, filhas e mães," ele disse.

Os comentários de Pezeshkian vieram depois que ele e seus aliados foram alvo de um aviso velado do líder supremo do país, o Aiatolá Ali Khamenei, sobre sua abordagem sobre os Estados Unidos. Os comentários de Pezeshkian, feitos após ele votar, eram uma tentativa de aumentar o comparecimento nas urnas, já que a apatia pública se tornou generalizada na República Islâmica após anos de problemas econômicos e protestos em massa sem efeito.

Ele parecia esperar que invocaria a possibilidade de o Irã sair de seu isolamento motivasse pessoas de outra forma desiludidas com a política iraniana. Um comparecimento maior geralmente ajuda os que, como Pezeshkian, fazem parte do movimento reformista que busca mudar a teocracia xiita de dentro para fora.

Embora Khamenei, de 85 anos, tenha a última palavra em todos os assuntos de Estado, os presidentes podem inclinar as políticas do país em direção à confrontação ou negociação com o Ocidente. No entanto, dado o comparecimento recorde de baixo nas eleições recentes, permanece incerto quantos iranianos participarão da votação de sexta-feira.

Um maior comparecimento poderia aumentar as chances de Pezeshkian, e o candidato pode ter contado com as redes sociais para disseminar suas declarações, já que todos os canais de televisão no país são controlados pelo Estado e administrados por linha-duras.

Houve chamados para um boicote, incluindo da laureada com o Prêmio Nobel da Paz presa, Narges Mohammadi. Hossein Mousavi, um dos líderes dos protestos do Movimento Verde de 2009 que permanece em prisão domiciliar, também se recusou a votar com sua esposa, disse sua filha.

Também houve críticas de que Pezeshkian representa apenas mais um candidato aprovado pelo governo. Uma mulher

em um documentário sobre Pezeshkian exibido pela TV estatal disse que sua geração estava "caminhando para o mesmo nível" de animosidade com o governo que a geração de Pezeshkian tinha na revolução de 1979.

A corrida presidencial iraniana está sendo disputada por Pezeshkian contra dois linha-duras, o ex-negociador nuclear Saeed Jalili e o presidente do parlamento, Mohammad Bagher Qalibaf, e também um clérigo xiita, Mostafa Pourmohammadi, que permaneceu na corrida apesar de pesquisas desfavoráveis.

Pezeshkian alinhou-se a figuras como o ex-presidente Hassan Rouhani, que fechou o acordo nuclear histórico de 2015 com potências mundiais.

MÚLTIPLAS CRISES

Mais de 61 milhões de iranianos com mais de 18 anos estão aptos a votar, com cerca de 18 milhões deles entre 18 a 30 anos. A lei iraniana exige que um vencedor obtenha mais de 50% de todos os votos. Caso isso não aconteça, os dois candidatos com maior número de votos avançarão para um segundo turno uma semana depois. Houve apenas uma eleição presidencial com segundo turno na história do Irã, em 2005, quando o linha-dura Mahmoud Ahmadinejad venceu o ex-presidente Akbar Hashemi Rafsanjani.

Para os clérigos governantes do Irã, a participação pública nas eleições é importante para manter a legitimidade do regime. A eleição ocorreu enquanto o Irã lida com múltiplas crises, incluindo uma economia debilitada e tensões com Israel.

Uma eleição tranquila e previsível com alta participação eleitoral é importante tanto para a estabilidade do regime quanto para sua legitimidade. A televisão estatal na sexta-feira transmitiu imagens de longas filas fora das seções eleitorais.

Khamenei foi mostrado depositando seu voto em Teerã. "Alguns estão indecisos", disse ele sobre os eleitores elegíveis, aparentemente abordando relatos de que alguns iranianos pla-

nejam se abster do voto. "Não há justificativa para estar indeciso", acrescentou. "A continuidade da República Islâmica depende da participação e comparecimento do povo".

No início desta semana, Khamenei pediu um comparecimento eleitoral "máximo", dizendo que as eleições "ajudam a República Islâmica a superar seus inimigos". Ele também alertou o público contra o apoio a candidatos que "pensam que todos os caminhos para o progresso passam pela América", uma referência velada a Pezeshkian.

Desde que foi estabelecido, o governo islâmico do Irã enfatizou as eleições para sustentar sua autoridade, mesmo que mantivesse um sistema amplamente teocrático que concede poder político e religioso ao clero xiita.

"É uma contradição que está no coração do sistema desde sua fundação", disse Naysan Rafati, analista do Irã no International Crisis Group, e que "tornou-se cada vez mais evidente nos últimos anos".

O Irã já se orgulhou de alta participação eleitoral, que alcançou 70% quando o Presidente Hassan Rouhani foi reeleito em 2017, segundo a mídia estatal. Mas desde então, os números despencaram, com cerca de 40% dos eleitores elegíveis participando nas eleições parlamentares deste ano - um recorde histórico de baixa para a República Islâmica.

Nesse período, o Irã enfrentou turbulências políticas, sociais e econômicas, incluindo o desmantelamento de seu acordo nuclear com as potências mundiais e o retorno das sanções comerciais dos EUA que prejudicaram a economia. Seu general mais proeminente, Qasem Soleimani, foi morto em um ataque aéreo dos EUA perto do aeroporto de Bagdá, aumentando os medos de uma guerra mais ampla E, internamente, três ondas de protestos em massa - sobre aumentos de preços, medidas de austeridade e os rígidos códigos morais do país - foram recebidos com repressões mortais pelas forças de segurança iranianas.

lha. Isso significa que apenas 17% dos eleitores afirmam que ainda podem mudar de ideias.

Outra pesquisa publicada nesta sexta foi do Toluna Harris Interactive, mostrando resultado semelhante, com o RN na liderança. Sua pontuação permanece estável, com 34%. Em número de cadeiras, isso significaria entre 220 e 260 deputados do RN presentes no hemiciclo, segundo esta projeção. A NFP avança e mantém o segundo lugar com 28% das intenções de voto. De acordo com as projeções do nosso instituto de pesquisas, o NFP pode reivindicar 120 ou 150 assentos na Assembleia Nacional. O Ensemble poderia manter entre 80 ou 130 assentos com 20% de intenções de voto (-1 ponto em relação à vaga anterior).

FRANÇA

Pesquisas mostram partido de Le Pen bem à frente

MATHEUS ANDRADE/AE

Em pesquisa antes do primeiro turno nas eleições parlamentares francesas do instituto Ifop-Fiducial, os candidatos ao Reagrupamento Nacional (RN), partido liderado por Marine Le Pen, seguem na liderança, sendo creditados com 36,5% das intenções de voto no primeiro turno. O RN está, portanto, ainda à frente da Nova Frente Popular (NFP) com 29%, a união de par-

tidos de esquerda, e do campo do presidente Emmanuel Macron, o Ensemble (20,5%). Muito atrás, os republicanos receberam 7% das intenções de voto.

Após o segundo turno de 7 de julho, o Ifop-Fiducial prevê entre 225 e 265 assentos para o RN, campo liderado por Jordan Bardella, contra 88 hoje, quando a maioria absoluta está fixada em 289. O NFP poderia contar com 170 a 200 assentos e o Ensemble com 70 a 100 assentos. A aliança

de Macron perderia a maioria relativa adquirida em 2022: em 9 de junho de 2024, dia da dissolução, 250 deputados compunham o grupo majoritário presidencial.

O índice de participação ainda permanece elevado. Chegou a ganhar 1 ponto em relação a 27 de junho, ficando em 67%. Para efeito de comparação, durante as eleições legislativas anteriores, 49% dos eleitores foram às urnas. Além disso, 83% dos eleitores afirmam ter certeza da sua esco-